

CURSO DE GRADUAÇÃO (BACHAREL EM NUTRIÇÃO)

MELISSA RUFATTO

**O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E O PAPEL DO NUTRICIONISTA: UMA
REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA**

Canoas, 2024

CURSO DE GRADUAÇÃO (BACHAREL EM NUTRIÇÃO)

MELISSA RUFATTO

**O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E O PAPEL DO NUTRICIONISTA: UMA
REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado Universidade Unilasalle como parte
das exigências para obtenção do título de
bacharel em Nutrição.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Stefani Amaro

Canoas, 2024

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura de seleção de artigos por palavras-chave, base de dados e fases.....12

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação de artigos revisados.....	13
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
MEC	Ministério da Educação
FAND	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
POPs	Procedimentos Operacionais Padronizados
UAN	Unidade de alimentação e Nutrição
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
PUBMED	National Library of Medicine
EAN	European Article Number
PPS	Política Pública Saudável
SABE	Sistema de Avaliação Baiano da Educação
PAAS	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

RESUMO	7
INTRODUÇÃO.....	9
METODOLOGIA.....	11
RESULTADOS.....	12
ESTRUTURA DE SELEÇÃO DE ARTIGOS POR PALAVRA-CHAVE	12
TABELA DE ARTIGOS REVISADOS	13
DISCUSSÃO.....	18
CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS.....	26
ANEXO I	29

ARTIGO

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO – RASBRAN

**O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E O PAPEL DO NUTRICIONISTA: UMA
REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA**

Melissa Rufatto

Resumo

O Programa Nacional de alimentação Escolar (PNAE) se atenta em virtude da acessibilidade de uma alimentação saudável, contribuindo para o crescimento, o rendimento escolar e hábitos alimentares equilibrados cedendo auxílio para um desenvolvimento integral dos estudantes da rede de escolas públicas de ensino. se enquadra como uma das políticas públicas mais amplas que estão relacionadas à segurança alimentar e nutricional do Brasil. O PNAE se enquadra como uma das políticas públicas mais amplas que estão relacionadas à segurança alimentar e nutricional do Brasil. Este trabalho de conclusão de curso apresenta uma revisão sistemática de literatura referente à importância do papel de um nutricionista nos princípios do PNAE, trazendo em evidência as atribuições e desafios presentes na gestão e funcionamento do programa. O objetivo da pesquisa é selecionar artigos acadêmicos que ressaltem a responsabilidade técnica do nutricionista em funções como: planejamento de cardápios adequados às necessidades nutricionais dos alunos, conforme a legislação vigente. Ressalta também o propósito de uma alimentação sustentável e a valorização da agricultura familiar.

Conclui-se que o nutricionista desempenha um papel estratégico no funcionamento do PNAE, sendo essencial sua participação para garantir a qualidade nutricional das refeições e para o cumprimento dos objetivos educacionais do programa.

Palavras-chave: PNAE AND NUTRIÇÃO OR NUTRICIONISTA OR ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL.

Abstract

The National School Feeding Program (PNAE) focuses on ensuring access to healthy meals, contributing to growth, academic performance, and balanced eating habits while supporting the comprehensive development of students in the public school system. It is considered one of the most extensive public policies related to food and nutritional security in Brazil. This final course project presents a systematic literature review regarding the importance of the nutritionist's role in the principles of PNAE, highlighting their responsibilities and the challenges involved in managing and operating the program. The research aims to select academic articles emphasizing the technical responsibility of nutritionists in tasks such as planning menus that meet students' nutritional needs in compliance with current legislation. It also underscores the program's goals of promoting sustainable eating and supporting family farming.

In conclusion, nutritionists play a strategic role in the operation of PNAE, and their participation is essential to ensure the nutritional quality of meals and achieve the program's educational objectives.

Keywords: PNAE AND NUTRITION OR NUTRITIONIST OR HEALTHY EATING.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) trata da oportunidade de contribuir com o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial do estudante para a melhoria do processo de aprendizagem e para a formação de hábitos e práticas de alimentação saudável, através de uma oferta alimentar adequada em quantidade e qualidade assim satisfazendo as necessidades nutricionais dos alunos no período em que estão na escola (PNAE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2024). Destacando-se por sua vez em atender todos os alunos matriculados na educação básica, independente da classe social, etnia ou religião. O PNAE provoca diálogo com as comunidades escolares sobre os fatores que influenciam suas práticas alimentares diárias, possibilitando a adoção de práticas alimentares saudáveis, a partir das discussões de temas como: crenças sobre os hábitos alimentares da população, cuidados de higiene, cuidado no preparo e na conservação de alimentos e sugestões de cardápios que tenham uma proposta saudável de alimentação, trazendo uma valorização cultural alimentar regional (PNAE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2024).

Atualmente são 47,3 milhões de estudantes matriculados em todas as etapas educacionais, distribuídos entre 178,5 mil escolas. Na Educação Infantil, o objetivo do Plano Nacional de Educação é atingir a meta de 5 milhões de matrículas. Foram registradas 76,7 mil creches em funcionamento no Brasil, dentre elas, 66,8% das crianças estão matriculadas na rede pública, 33,2% das crianças estão matriculadas na rede privada, 50,4% dos alunos de rede privada estão em escolas conveniadas com o governo, 99,8% dos alunos das creches públicas passaram a matrícula para escolas públicas e 57,9% das crianças fazem parte do turno integral. O Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Educação e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgaram resultados do censo escolar de 2023, 2024) O valor da merenda é de R\$ 0,50 por dia letivo para cada aluno da pré-escola, ensinos fundamental e médio e educação de jovens e adultos, o custo total das transferências para a merenda é cerca de R\$ 3 bilhões (CD/FNDE nº 2, 2023).

Para realizar as atribuições no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o nutricionista deverá executar atividades obrigatórias como: Avaliar diagnóstico e monitoramento nutricional do escolar; Elaborar os cardápios de acordo com as necessidades nutricionais; Supervisionar atividades de seleção de fornecedores e processamento de alimentos; Elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs); Elaborar e implantar fichas técnicas; Elaborar informação nutricional do cardápio; Participar do planejamento das compras de alimentos e material de higiene e realizar o planejamento da adequação de instalações e equipamentos da Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN). (CFN, 2018).

Nesse contexto, este estudo tem o objetivo de realizar uma revisão narrativa a respeito da influência do profissional nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta revisão se formou a partir da utilização das palavras-chaves (PNAE, nutrição/nutrition, nutricionista/nutritionist e alimentação saudável/ healthy eating) no idioma Português (do Brasil) e Inglês. As palavras-chave foram utilizadas em consórcio e as bases de dados elencadas para a busca dos artigos foram National Library of Medicine (PubMed®), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). A janela temporal será de dez anos.

A seleção dos artigos foi realizada através da utilização de filtros em três estágios. O primeiro estágio foi baseado na leitura dos títulos dos artigos que identificassem o presente assunto do tema escolhido, sendo que os artigos aprovados na primeira etapa passaram para a etapa seguinte.

A segunda etapa foi feita a leitura dos resumos dos artigos escolhidos e os que estivessem de acordo com o objeto de pesquisa foram encaminhados para o estágio seguinte.

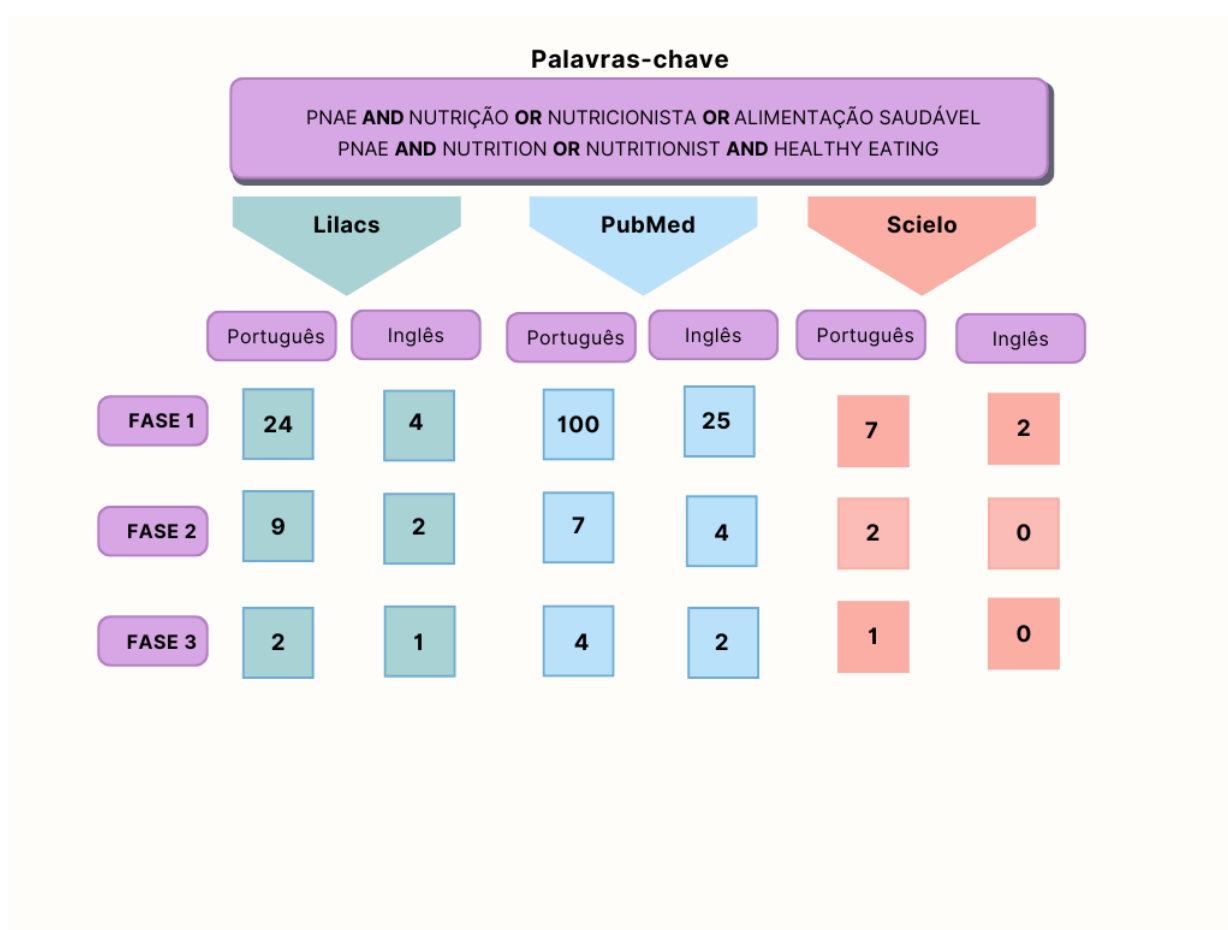
Por fim, na terceira etapa foi realizada a leitura integral dos artigos filtrados na etapa anterior que tivessem a concordância por completo que se adequasse ao assunto desta revisão.

Após a leitura integral e avaliação dos artigos, foram excluídos aqueles que não estiveram alinhados com o objeto da presente revisão, excluídos também artigos que estivessem fora da janela temporal estabelecida de 10 anos e artigos duplicados nas bases de dados. Aqueles artigos que estiveram de acordo com a finalidade foram adicionados nas referências desta revisão e utilizados na construção de uma tabela com os dados detalhados.

RESULTADOS

Na primeira busca das palavras-chaves nos bancos de dados, foram encontrados um total de cento e sessenta e dois (162) artigos. Na primeira etapa foram excluídos os artigos que não estavam dentro dos últimos 10 anos de publicação, que estivessem duplicados na base de dados e após as leituras dos títulos, permaneceram vinte e quatro (24) artigos que foram incluídos na segunda etapa. Nessa segunda etapa foi realizada a leitura do resumo dos mesmos, e descartados aqueles que não estivessem adequados ao tema da revisão. Na terceira etapa foi realizada a leitura íntegra de no total de dez (10) artigos.

Figura 01: Apresentação em formato de fluxograma das etapas de seleção dos artigos. Canoas, 2024.



AUTORES E ANO	REVISTA	OBJETIVOS	INTERVENÇÃO	PRINCIPAIS ACHADOS
Janaína Braga de Paiva, Maria do Carmo Soares de Freitas, Ligia Amparo da Silva Santos, 2015	Ciência & Saúde Coletiva	Analisar a opinião e percepção dos estudantes sobre a alimentação escolar disponibilizada pelo PNAE para favorecer o crescimento de alunos matriculados na educação básica das redes públicas, por meio da oferta de uma alimentação adequada e saudável.	Através de um exercício etnográfico realizado nos locais de implementação do PNAE em um município baiano, a partir de produção de redações com alunos de ensino fundamental.	A análise dos significados atribuídos à alimentação escolar ajudou a esclarecer aspectos dos hábitos alimentares dos adolescentes e da prática de realizar as refeições no contexto casa-rua-escola.
Panmela Soares, Suellen Secchi Martinelli, Rafaela Karen Fabri, Marcela Boro Veiros, Mari Carmen Davó-Blanes, Suzi Barletto Cavalli, 2018	Ciência & Saúde Coletiva	Examinar o investimento destinado à compra de alimentos para alimentação escolar em um município do Sul do Brasil.	Estudo transversal descritivo, analítico e observatório, analisando chamadas públicas, licitações e prestação de contados do programa	Os valores financeiros descobertos nesses instrumentos foram comparados com os informados na prestação de contas do município, ou que permitiram investigar como os recursos destinados à compra de alimentos são aplicados no âmbito municipal.

Patrícia Maria de Oliveira Machado, Bethsáida de Abreu Schmitz, David Alejandro González-Chica, Arlete Catarina Tittoni Corso, Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos, Cristine Garcia Gabriel, 2018	Ciência & Saúde Coletiva	O objetivo deste estudo foi mapear e caracterizar a compra de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE no universo de municípios brasileiros.	Estudo transversal exploratório e descritivo, elaborando um questionário no Google Docs com perguntas pertinentes, classificando como: comprou, não comprou e não participa.	As frequências mais baixas de compras foram observadas em estados que não haviam a presença de nutricionista. Em municípios com terceirização da alimentação escolar realizam a compra em menor proporção.
Simoni Urbano da Silva, Estelamaris Tronco Monego, Lucilene Maria de Sousa, Géssica Mercia de Almeida, 2018	Ciência & Saúde Coletiva	Analisar condutas de Educação Alimentar e Nutricional no PNAE relacionado ao perfil do nutricionista.	Estudo transversal analítico, realizando um questionário por telefone, com o intuito de identificar o município, informações sobre a atuação do nutricionista e as ações de EAN, e verificar quais as facilidades para essas ações.	Foi encontrado um resultado positivo sobre a realização de ações de Educação Alimentar e Nutricional em municípios de que haviam a presença de um profissional nutricionista.

Camila Alves Nogueira de Souza, Giovana Longo-Silva, Risia Cristina Egito Menezes, Alyne da Costa Araujo, Maysa Helena de Aguiar Toloni, Maria Alice de Araújo Oliveira, 2018	Ciência & Saúde Coletiva	Verificar a adequação nutricional das refeições servidas aos estudantes e quantificar o desperdício de alimentos em escola de ensino infantil.	Realizaram pesagem as refeições de 359 crianças, por três dias não consecutivos. O desperdício foi analisado pelo resto-ingestão e valor nutricional das preparações foi comparada aos valores de referência do PNAE.	Os alimentos ofertados aos estudantes não atingem as recomendações nutricionais estabelecidas pelo PNAE. A porcentagem de alimentos consumidos pelas crianças foi de aproximadamente 79% a 84%.
Isabela Cicaroni Ottoni, Bruno Miguel Paz Mendes de Oliveira, e Daniel Henrique Bandoni, 2019	O Mundo da Saúde	Analisar a inclusão de ações de Educação Alimentar e nutricional no contexto do PNAE, avaliando a adequação com a legislação e identificando fatores que influenciam a implementação de hortas escolares.	Estudo observacional transversal utilizando dados secundários obtidos a partir do banco de dados do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar. Analisando as características demográfica e indicadores de EAN.	A presença de EAN no currículo escolar foi associado positivamente a execução de hortas, resultado que demonstra a importância da presença de conteúdos em alimentação e nutrição nos currículos pedagógicos das escolas.

Darlan Christiano Kroth, Daniela Savi Geremia, Bruna Roniza Mussio, 2020	Ciência & Saúde Coletiva	Analisar o PNAE como uma Política Pública Saudável (PPS).	Traz duas atribuições: incorporar o conceito de PPS no âmbito PNAE e analisar e considerar os desdobramentos sobre os resultados da saúde e da educação.	O PNAE contribui para a promoção de saúde tornando assim a política pública, mais eficiente, trazendo retornos positivos para a sociedade.
Daniela Silva Canella, Luisete Bandeira, Michele Lessa de Oliveira, Solange Castro, Alessandra da Silva Pereira, Daniel Henrique Bandoni e Inês Rugani Ribeiro de Castro, 2021	Cadernos de Saúde pública (CSP), Reports in Public Health,	O objetivo é mostrar como os grupos Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos e Grupo consultivo do PNAE trabalharam e as evidências que usaram para novos critérios da compra de alimentos escolares mais saudáveis, reduzindo ultraprocessados e aumentando in natura.	Análise de dados de compras entre 2013 e 2016, cardápios e parâmetros nutricionais adquiridos nos municípios. Classificação de alimentos segundo a NOVA (níveis de processamento) e avaliados em relação à qualidade nutricional e custo.	Proposta de novos parâmetros para a compra de alimentos, 75% para alimentos in natura ou minimamente processados, 20% para processados ou ultraprocessados e 5% para ingredientes culinários processados. Expansão da lista de alimentos proibidos.

Daniela Bicalho, Tácio de Mendonça Lima, Thanise Sabrina Souza Santos, 2022	Ciência & Saúde Coletiva	Desenvolver e validar um instrumento de indicadores de desempenho para avaliação da gestão do PNAE no contexto nacional.	Trata-se de um estudo psicométrico (elaboração de testes e avaliações) para o desenvolvimento e validação de indicadores de desempenho para avaliação e monitoramento da gestão do PNAE.	No estudo sobre a relevância dos indicadores, 281 nutricionistas participaram e foi alcançada a validade de 13 indicadores, todos com potencial para aprimorar a avaliação da gestão do PNAE.
Caroline de Deus e Maria Micheliana da Costa Silva, 2023	Economia, FEA – USP	Analisar os efeitos da atuação do nutricionista nas escolas que adequam o PNAE, com o objetivo de promover a alimentação saudável no âmbito escolar.	Análise realizada pelas notas de proficiência dos alunos do 5 ano do fundamental no exame SAEB.	Foi comprovado que a atuação do nutricionista como responsáveis técnicos do programa, aumenta as notas dos alunos nas avaliações de português e matemática. Demonstram a importância do PNAE e nutricionista nas escolas.

DISCUSSÃO

O artigo da autora Paiva (2016) tem o objetivo de entender a percepção dos estudantes da rede de escolas públicas de ensino básico sobre a alimentação disponibilizada pela escola comandada pelo PNAE, com o intuito de analisar o desempenho e crescimento dos alunos matriculados através da oferta de uma alimentação adequada, equilibrada e saudável no âmbito escolar. A elaboração da pesquisa relacionou aspectos de rotina e hábitos alimentares as práticas de refeições no contexto da casa-rua-escola, através das perguntas “Eu gostaria que vocês falassem sobre a merenda servida aqui na escola. O que acham/como vocês veem a merenda da escola?” e “Quais as semelhanças e diferenças entre o que vocês comem na escola e o que comem em casa? E na rua?” e Teve como resultado a insatisfação dos estudantes com a alimentação escolar.

Conforme relato de alunos das turmas entre 6º e 9º anos, as preparações realizadas não são adequadas para os horários das refeições servidas, “Eu não como, porque, macarrão e arroz na hora do recreio, você já come no almoço...”, “a gente pode querer brincar, vai correr aí fica um negócio pesado, chato”, “tem que ser coisa leve, só para a barriga não ficar com fome”, “Merenda é mais assim bolacha recheada... suco. Só isso... Porque é leve, dá para correr, brincar” “Eu acho que deveria ser comida leve na merenda sabe por quê? O intervalo não é para brincar? A pessoa vai querer pular, eu acho que a comida não vai... ficar... a pessoa quer comer ligeiro!”.

Conforme o Manual de Nutricionista no âmbito do PNAE (2018), o cardápio é uma ferramenta utilizada pelo profissional para verificar todos os alimentos e ingredientes de cada preparação e refeição a ser servida, com o objetivo de planejar a quantidade e frequência do consumo de cada alimento para garantir que a alimentação escolar suporte as necessidades de nutrientes e vitaminas que um estudante precisa durante o período de permanência na escola. Para que esse suporte aconteça, é necessário que o nutricionista responsável planeje, o horário de cada refeição e que acompanhe a diversidade e o equilíbrio de alimentos ao longo do dia, semana, mês e ano, sempre respeitando a época de safras e colheitas dos alimentos na estação

presente. Perante esses requisitos, o nutricionista elabora um conjunto de alimentos e preparações para a formação do cardápio, sendo preparadas e servidas nos horários estabelecidos, para que o Programa Nacional de Alimentação Escolar contribua com o desenvolvimento e rendimento do estudante na escola.

Buscando entender o lado das responsáveis por essas preparações, o artigo de Pinto R. L (2024) optou por realizar uma pesquisa para analisar dados sobre os hábitos referentes aceitabilidade e adesão da alimentação escolar. Foi elaborado um questionário à ser respondido de forma completamente anônima com perguntas para as merendeiras.

Os resultados trouxeram que, as manipuladoras de alimentos reconhecem a sua importância no papel de formação dos hábitos alimentares saudáveis dos estudantes, e identificam poucos alunos que não consomem a alimentação escolar. As funcionárias têm a percepção de que os comércios de alimentos ao redor das escolas impactam negativamente na aceitação da comida da escola. Isso acontece por conta da oferta de opções de lanches mais atrativos aos escolares e que a oferta de refeições completas e equilibradas em horários não usuais, pode impactar na rejeição de algumas preparações, apesar de conter alimentos que fazem parte da rotina e cultura de cada um estudante.

Com base no Regulamento da Comercialização de Alimentos em Escolas no Brasil (2007), a proibição da comercialização de alimentos não saudáveis nas cantinas escolares refere-se à uma adesão dificultada pela complexidade perante algumas leis sobre as regulamentações das cantinas escolares. No entanto, capitais nacionais, como Florianópolis (SC) as regras são objetivas em relação ao cumprimento das leis proibindo à venda de alimentos não saudáveis. Partimos de um pensamento em que as escolas são ambientes promotores de saúde, e é importante ressaltar que mais do que oferecer lanches seguros do ponto de vista higiênico-sanitário, as escolas e as cantinas podem se tornar espaços que incentivam práticas de consumo alimentar saudável e equilibrado, respeitando assim, os cardápios elaborados pelo nutricionista responsável a partir de macro e micronutrientes. Questões e iniciativas como essas destacam a importância de

políticas eficazes que promovam a saúde e educação alimentar e nutricional no ambiente escolar.

O artigo da autora Souza (2018), vem com a intenção de verificar a adequação nutricional da qualidade das refeições oferecidas e quantificar a quantificar o desperdício de alimentos nas escolas. Como principais pontos, identifica-se que 50% das recomendações estabelecidas pelo PNAE de macro nutrientes foram atendidas, e o consumo de nutrientes como fibras, vitaminas, ferro, zinco é inferior ao recomendado. Em média, 68% das preparações apresentam mais de 10% do índice de resto-ingestão, sendo alimento rejeitado.

A inadequação nutricional do pode impactar no afeto do desenvolvimento infantil, além do fato de que a alimentação escolar para muitas famílias, é a principal refeição oferecida ao estudante no diariamente, destacando e priorizando a necessidade de cardápios completos, equilibrado e nutritivos, sem falar na apresentação apropriada do alimento.

A resolução CFN n° 600/2018 determina que o nutricionista da alimentação escolar tem como responsabilidade atribuir a elaboração de cardápios balanceados, respeitando as necessidades nutricionais dos alunos, com a faixa etária e as diretrizes do PNAE, garantindo a adequação das exigências específicas, como restrições e alergias alimentares, considerando aspectos culturais, regionais e de sustentabilidade, utilizando alimentos da agricultura familiar.

Analizando as funções, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas escolas públicas de ensino básico, como mostra no artigo da autora Silva (2018), a EAN foi anexada ao PNAE, com o intuito de promover práticas alimentares saudáveis e refeições adequadas aos estudantes de escolas públicas, a EAN é uma base que busca incentivar a iniciação de ações que promovam hábitos alimentares saudáveis e auxilia com a segurança alimentar e nutricional dos alunos. Através desse artigo, foi identificada uma associação positiva entre a atuação de um nutricionista e adequada execução de atividades. Os municípios que sofrem com a falta de profissionais da área, demonstram enfrentar desafios em efetivar ações de EAN.

Como ressaltado no artigo De Florintino (2023), a Educação Alimentar e Nutricional é entendida como uma estratégia para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS), para a realização do Direito Humano à alimentação adequada (DHAA) e uma garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Em torno da porcentagem de 85% dos municípios brasileiros realizam ações de EAN, são elaboradas palestras de estratégias nutricionais direcionadas para crianças, professores e familiares.

Trazendo como base o artigo analisado da autora Ottoni (2019) que trouxe como objetivo analisar a inclusão das atividades e ações de EAN realizadas no contexto do PNAE no modo de avaliar e adequar conforme a legislação foi percebida uma associação positiva, tendo como resultado a implementação de hortas nas escolas executadas pelos alunos de ensino básico e professores juntamente com a nutricionista responsável, demonstrando a importância da presença de atividades em alimentação e nutrição nos currículos pedagógicos nas instituições.

Para utilizar boas práticas na elaboração de hortas e cultivos para uma alimentação, podemos nos basear no artigo elaborado pela autora da Graça Vasconcelos (2014), ela explica que a horta inserida no ambiente escolar não se restringe somente para a produção de alimentos, pode também ser utilizada como uma estratégia de capacitação em educação ambiental da comunidade envolvida, contribuindo para o bem-estar dos alunos e melhoria da aprendizagem dos mesmos. As hortas em ambiente escolar favorecem discussões, estudos e pesquisas sobre questões relacionadas a meio ambiente, alimentação e nutrição, com aporte para uma alimentação saudável e equilibrada. A implementação de projetos de horta comunitária é importante para incentivar a qualidade de vida e nutricional, trabalhando com hábitos alimentares saudáveis, evitando o consumo de alimentos ultraprocessados, ressaltando assim a importância da Educação Alimentar e Nutricional nas escolas com o papel de uma nutricionista responsável.

Além de todas as atividades mencionadas, o artigo de Soares (2018) analisa o PNAE como promotor de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. O investimento

financeiro investido que é destinado à aquisição de alimentos distribuídos entre agricultura familiar e em alimentos classificados como recomendados, restritos ou proibidos. Em torno de 65,5% da verba é direcionada à alimentos recomendados, 27,9% em alimentos restritos e 6,5% em outros e 0% em alimentos proibidos. Assim como especificado na resolução CFN nº 600/2018, no parágrafo A.2.2.2.1 *“Participar do planejamento e da supervisão das atividades de compras, recebimento e armazenamento de alimentos, material de higiene, descartáveis e outros”* atribui ao nutricionista a responsabilidade de se adequar e planejar o investimento financeiro.

No artigo de Machado (2018) que aborda a integração entre a agricultura familiar e a alimentação escolar no Brasil, em que o PNAE exige que pelo menos 30% dos recursos financeiros sejam destinados para a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar. Foi realizado um levantamento para analisar municípios que realizem compras na agricultura familiar e qual a frequência que essa compra é feita, classificando como comprou, não comprou e não participa. Estabeleceu-se que estados que não haviam a presença do nutricionista apresentavam a frequência de compra mais baixa que os que haviam, e em municípios com terceirização da alimentação escolar realizam a compra em menor proporção.

Canella (2021) descreveu parâmetros de aquisição de alimentos do PNAE alinhando com o Guia Alimentar para a População Brasileira, em virtude da necessidade de diminuir o consumo de alimentos ultraprocessados em escolas. Foram analisados cardápios e dados de compras em municípios para propor novas diretrizes, destinar no mínimo 75% dos recursos para alimentos in natura ou minimamente processados, 20% para processados ou ultraprocessados e 5% para ingredientes culinários processados. Tendo como alimentos proibidos como refrigerantes, sucos artificiais, guloseimas, produtos com alto teor de sódio, açúcar e gordura. Transcendendo o fortalecimento da oferta de alimentos nutritivos, acatando a diversidade regional e cultural, proporcionando refeições equilibradas tendo como base a praticidade do acesso ao Guia Alimentar para a População Brasileira, onde aborda os princípios e as recomendações de uma alimentação adequada e saudável para a população, sendo um material de apoio em

ações de Educação Alimentar e nutricional, que tem como objetivo melhorar padrões alimentares de brasileiros para promover uma vida saudável, através de explicações e exemplos de alimentos in natura, minimamente processados, processados e ultraprocessados.

O direito humano à alimentação adequada é direcionado para toda população, e o Guia foi elaborado para ser utilizado em residências, Unidades Básicas de Saúde e escolas e é essencial que o nutricionista adapte as recomendações para o ambiente de atuação.

O artigo de Bicalho (2022), analisou o desenvolvimento e validação de indicadores de desempenho para a gestão do PNAE, destacando sua complexidade, buscando não fornecer apenas uma alimentação escolar básica, mas também promover melhores condições de aprendizados, desenvolvimento, crescimento e formação de hábitos alimentares saudáveis e equilibrados. Para isso, exige-se um sistema de monitoramento robusto. O estudo se inspirou em relevância, clareza e aplicabilidade dos indicadores, ampliando assim seu potencial de implementação em diferentes contextos regionais. Ressaltou aspectos fundamentais como a execução de recursos financeiros, controle social, adequação nutricional dos cardápios, redução de ultraprocessados e apoio à agricultura familiar.

A inclusão de nutricionistas traz a garantia de construir um programa mais alinhado às metas de saúde pública e de educação alimentar. Para aprimoramento da gestão pública em segurança alimentar, o estudo Gabriel (2014), oferece contribuições importantes para que o PNAE possa ser usado como ferramenta para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada. O modelo é estruturado em duas dimensões principais, a primeira: político-organizacional, onde abrange subdimensões como recursos, atuação intersetorial e controle social, dando destaque as necessidades de políticas integradas e gestão de recursos humanos qualificados. A segunda: técnico-operacional, foca na eficácia alimentar e nutricional, monitoramento e educação para uma alimentação saudável, ressaltando assim a necessidade de planejamento e

supervisão adequados. A aplicabilidade deste modelo exige um comprometimento contínuo das gestões municipais.

Como destaque no artigo de Kroth (2020) as repercussões que viabilizam a saúde e no crescimento da agricultura familiar, exigido pela Lei 11.947/2009 que pelo menos 30% dos recursos financeiros devem ser reservados para à compra de alimentos da agricultura familiar através de uma análise do PNAE como uma Política Pública Saudável. Desta forma, não se assegura apenas uma alimentação saudável para os estudantes, mas também estimula o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, através da valorização da produção regional e sustentável. O artigo demonstra que o PNAE excede o papel convencional de assistência, ao vincular diferentes setores como saúde, educação, agricultura e ambiental. Possibilita hábitos alimentares saudáveis, aumento da qualidade de vida dos agricultores familiares e impulsiona práticas agrícolas sustentáveis. Todos esses aspectos refletem em três pilares da Política Pública Saudável, sendo eles: centralidade da saúde, incorporação dos determinantes sociais e intersetorialidade. Os empecilhos na execução do programa se dão como dificuldades logísticas, baixa adesão em alguns municípios e a falta de capacitação técnica aos responsáveis. Para sanar essas dificuldades, é sugerido o fortalecimento do Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), a capacitação de profissionais, criação de comitês intersetoriais e ampliação de suporte aos agricultores. Como referência sobre a atuação de nutricionistas no PNAE, o artigo de Deus (2023) ressalta que as inseguranças alimentares acometem o desenvolvimento cognitivo, podendo assim comprometer o desempenho escolar. O nutricionista tem um papel considerável na elaboração de cardápios que propõem uma alimentação saudável, respeitando as diversidades culturais e as necessidades nutricionais individuais. O estudo aponta que a presença de um nutricionista responsável na escola está diretamente associada ao aumento do desempenho escolar entre os estudantes, em média teve um aumento de 12,3 pontos em português e 36,84 pontos em matemática. Esse ganho no desempenho escolar é mais significativo em alunos de baixa renda financeira, evidenciada pelo PNAE.

CONCLUSÃO

O nutricionista é um dos profissionais fundamentais para o funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A partir da presente revisão de bibliografia realizada, conclui-se que o nutricionista exerce um papel principal na elaboração e planejamento de cardápios, é imprescindível sua participação nas atividades de Educação Alimentar e Nutricional nas escolas orientando escolares, familiares e professores. Além do controle da estrutura alimentar nas escolas, o nutricionista expressa significância nas funções administrativas, otimizando o controle financeiro dos pedidos de compras dos alimentos, produtos de higiene e de utensílios e equipamentos utilizados nas áreas de preparo dos alimentos. Ressalta-se que estados que não tem um nutricionista responsável conforme o PNAE, tem pedidos de compras de alimentação da agricultura familiar inferior ao recomendado.

Certificou-se que nas escolas que contém a presença de um nutricionista, as notas escolares dos estudantes em português e matemática, aumentou significativamente a partir da implementação de um cardápio variado, adequado e nutritivo.

REFERÊNCIAS

1. KROTH, Darlan Christiano; GEREMIA, Daniela Savi; MUSSIO, Bruna Roniza. National School Feeding Program: a healthy public policy. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2020, 25: 4065-4076.
2. Canella, D. S., Bandeira, L., Oliveira, M. L. D., Castro, S., Pereira, A. D. S., Bandoni, D. H., & Castro, I. R. R. D. (2022). Update of the acquisition parameters of the Brazilian national school feeding program based on the dietary guidelines for the Brazilian population. *Cadernos de Saúde Pública*, 37, e00151420.
3. Bicalho, D., Lima, T. D. M., Santos, T. S. S., & Slater, B. (2022). Desenvolvimento e validação de indicadores de desempenho da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27, 335-349.
4. Machado, P. M. D. O., Schmitz, B. D. A. S., González-Chica, D. A., Corso, A. C. T., Vasconcelos, F. D. A. G. D., & Gabriel, C. G. (2018). Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23, 4153-4164.
5. Soares, P., Martinelli, S. S., Fabri, R. K., Veiros, M. B., Davó-Blanes, M. C., & Cavalli, S. B. (2018). Brazilian national school food program as a promoter of local, healthy and sustainable food systems: Evaluating the financial implementation. *Ciencia & Saude Coletiva*, 23, 4189-4197.
6. Paiva, J. B. D., Freitas, M. D. C. S. D., & Santos, L. A. D. S. (2016). School meals defined from the perspective of students catered for under the National School Feeding Program, Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21, 2507-2516.
7. Ottoni, I. C., Oliveira, B. M. P. M. D., & Bandoni, D. H. (2019). The national school feeding program as a promoter of food and nutrition education actions in Brazilian schools.
8. Silva, S. U. D., Monego, E. T., Sousa, L. M. D., & Almeida, G. M. D. (2018). As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23, 2671-2681.

9. Deus, C. D., & Silva, M. M. D. C. (2023). A atuação de nutricionistas no PNAE e seus efeitos sobre o desempenho escolar. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 53(2), 411-455.
10. Souza, C. A. N. D., Longo-Silva, G., Menezes, R. C. E., Araujo, A. D. C., Toloni, M. H. D. A., & Oliveira, M. A. D. A. (2018). Adequação nutricional e desperdício de alimentos em Centros de Educação Infantil. *Ciencia & saude coletiva*, 23, 4177-4188.
11. Pinto, R. L., Souza, B. D. S. N. D., Antunes, A. B. S., Benthroldo, R. S., Sichieri, R., & Cunha, D. B. (2024). Percepções de escolares e merendeiras sobre alimentação escolar: uma análise por grupos focais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 34, e34017.
12. PNAE - Fundo Nacional de Desenvolvimento Da Educação, www.gov.br/fnde/pt-br/acessoa informacao/acoes-e-programas/programas/pnae.
13. DE ALIMENTAÇÃO, C. G. D. P. Regulamentação da Comercialização de Alimentos em Escolas no Brasil: Experiências estaduais e municipais.
14. BRASIL, Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN Nº 600. 2018.
15. Corrêa, R. D. S., Rockett, F. C., Rocha, P. B., Silva, V. L. D., & Oliveira, V. R. (2017). Atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na região sul do Brasil. *Ciência & saúde coletiva*, 22, 563-574.
16. M294 Manual de apoio para atividades técnicas do nutricionista no âmbito do PNAE / Programa Nacional de Alimentação Escolar. – Brasília : FNDE, 2018.
17. SANTOS, C. K., Importância da alimentação escolar na introdução e formação de hábitos adequados e saudáveis. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar de Santa Catarina, 2021.
18. Florintino, C. D. S., Silva, D. K. D. S., Gabriel, C. G., Soar, C., Uggioni, P. L., & Neves, J. D. (2023). Analysis of the implementation of Food and Nutrition Education actions in public schools in a capital city in southern Brazil. *Revista de Nutrição*, 36, e220185.

19. da Graça Vasconcelos, M., de Souza Vieira, S., & Rodrigues, V. W. B. (2014). Utilização de boas práticas de cultivo e manejo de hortaliças para uma alimentação escolar saudável. *Em Extensao*, 13(1).
20. Gabe, K. T., & Jaime, P. C. (2020). Práticas alimentares segundo o Guia alimentar para a população brasileira: fatores associados entre brasileiros adultos, 2018. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29, e2019045.

ANEXO I

Normas de submissão da revista

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
- O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
- O autor é responsável pelo trabalho e responde pela co-autoria incluída no trabalho. Os co autores devem ser inseridos nos metadados do trabalho no processo de submissão.
- O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
- Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

Diretrizes para Autores

Agradecemos pela escolha de publicar seu trabalho em nossa revista. A **RASBRAN** não cobra dos autores qualquer tipo de taxa ou contribuição financeira para a publicação de artigos, resenhas ou qualquer outro texto publicado.

Tutorial de submissão, [clique aqui!](#)

Para submissão é necessário atender os critérios abaixo:

1) Quanto ao envio do documento

- a) A revista é aberta à submissão de pesquisadores e profissionais no Brasil e no exterior, cujos trabalhos podem ser submetidos no idioma português, inglês ou espanhol;
- b) Os artigos devem ser originais, relatos de caso, revisões sistemáticas e integrativas não sendo aceita submissão simultânea a outras publicações;
- c) Possíveis conflitos de interesse devem ser informados durante o preenchimento dos dados na submissão. Uma vez que o artigo seja aceito para publicação, o(s) autor (es)

deve(m) imprimir e assinar os termos de cessão de direitos autorais e de responsabilidade e incluir como documento suplementar na submissão do artigo;

d) O(s) autor(es) é(são) responsável(eis) pelo conteúdo do texto e imagens e deve(m) informar a não publicação anteriormente em outra revista científica no país e no exterior. Ao inserir figuras, tabelas e quadros compilados da internet, estes deverão ser acompanhados de permissão escrita ou comprovação de que se trata de portal de livre acesso;

e) No momento da submissão pela plataforma preencha as informações do(s) autor(es) nome(s), biografia, vínculo institucional, e-mail e ORCID (<https://orcid.org/>), pois são estes dados que constarão no artigo quando publicado. Não serão incluídos outros autores após a submissão;

A identificação dos autores, bem como as propriedades do arquivo devem ser [removidas do texto do artigo submetido](#).

f) O arquivo do documento deve ser encaminhado em formato “.doc” ou “.docx.” (Word for Windows). Não serão aceitos arquivo em PDF;

g) Ao encaminhar os originais, os autores cedem os direitos de primeira publicação para a Revista da Associação Brasileira de Nutrição e aceitam que seu trabalho seja publicado de acordo com nossa [Declaração de Direito Autoral](#);

h) A RASBRAN não se responsabiliza ou endossa as opiniões emitidas pelos autores dos artigos, salientando que as opiniões são de sua exclusiva responsabilidade;

i) As submissões devem ser preparadas de acordo com o [modelo para a formatação](#) do documento. Os artigos que não usarem o modelo não serão encaminhados para avaliação.

2) Quanto a ética e legalidade

Artigos envolvendo ensaios clínicos e demais estudos com seres humanos devem ser enviados acompanhados do número do registro e da Comissão de Ética Institucional onde foi aprovado. Não serão aceitos estudos realizados ilegalmente.

Pesquisas com animais deverão seguir as diretrizes do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONSEA. A legislação pode ser encontrada no website do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

<http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/concea/>. A adesão a esses princípios deve constar no artigo, por meio do número de registro e identificação da comissão de ética institucional onde foi aprovado.

Autores estrangeiros de artigos envolvendo pesquisas em humanos ou animais devem consultar a legislação de seu país e citar no artigo a adequação às normas e princípios éticos aplicáveis, bem como a fonte desses. Recomenda-se adequação à Declaração de Helsinque (<http://www.wma.net/e/policy/>) e/ou às regras previstas pelo OLAW – EUA (Office of Laboratory Animal Welfare - <http://grants.nih.gov/grants/olaw/olaw.htm>).

As revisões sistemáticas deverão utilizar e estar adequadas os critérios do [PRISMA](#) (Principais Itens para Relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises).

O periódico RASBRAN segue o padrão estabelecido pelo ICMJE (International Committee of Medical Journal Editors). Para mais informações úteis à boa preparação de um artigo, leia o documento “Requirements for manuscripts submitted to biomedical journals”, na íntegra no site <http://www.icmje.org>. As principais diretrizes do documento original estão contidas neste manual.

Para artigos sobre estudos clínicos, sugerimos seguir as diretrizes estabelecidas pelo CONSORT (www.consort-statement.org). O CONSORT estabelece uma lista de checagem de itens, que facilita aos autores verificar se seu estudo está sendo feito e relatado de forma clara, precisa, ética e cientificamente válida.

3) Quanto a estrutura e formatação do documento

Abaixo seguem as orientações quanto a formatação do documento submetido:

- a)** tipo de papel: tamanho A4;
- b)** margens: margens superior e inferior 1,5 cm, margens esquerda e direita de 2 cm;
- c)** espaço entre linhas: 1,5, exceto resumo em espaço simples;
- d)** fonte: *calibri* tamanho 12;
- e)** As imagens deverão estar em extensão JPEG ou TIF, com resolução mínima de 150 dpi;

f) As figuras e quadros são identificadas na parte inferior com título designativo, número de ordem no texto, hífen e título (Exemplo: Quadro 1 – Tipos de deficiências nutricionais). Não são mencionadas as fontes de figuras e quadros quando elaboradas pelo próprio autor do artigo;

g) As tabelas são identificadas na parte superior com título designativo, número de ordem no texto, hífen e título (Exemplo: Tabela 1 – Índice de deficiências nutricionais). Não são mencionadas as fontes das tabelas quando elaboradas pelo próprio autor do artigo;

h) As citações e referências deverão atender ao estilo Vancouver.

Segue a estrutura de apresentação do artigo:

a) Título;

O título do artigo deve vir primeiramente em português e, em seguida, em inglês. Use caixa-alta (letra maiúscula) apenas para a primeira letra do título do artigo, exceto para palavras onde o uso de caixa-alta e caixa-baixa (letras maiúsculas e minúsculas) se faz gramaticalmente necessário (por exemplo, siglas, nome de pessoas, cidades etc.).

b) Nome(s) do(s) Autor(es);

O(s) nome(s) do(s) autor(es), bem como os seus dados, devem ser cadastrados durante o processo de submissão do artigo no portal da revista. Se o artigo possuir mais de um autor, clicar em INCLUIR AUTOR e preencher os campos. Não serão incluídos outros autores após a submissão.

O(s) nome(s) do(s) autor(es) deve(m) ser omitido(s) no corpo de texto. Para garantir que seu artigo seja revisado às cegas, não inclua em sua redação seu nome, instituição ou qualquer outra menção que possa identificá-lo como autor.

c) Resumo (Português e Inglês);

O resumo deve ser estruturado (Objetivo, Método, Resultados e Conclusão), com no mínimo 150 e no máximo 250 palavras. Assim como o título do artigo, o resumo deve ser apresentado primeiramente em português e em seguida, em inglês.

d) Palavras-chave/Keywords;

As palavras-chave, que definem o tema do estudo, devem vir após o resumo, incluindo no mínimo 3 e no máximo 6 termos de indexação, sempre no idioma da publicação e em

inglês separadas por ponto entre si. Padronize seus descritores em Ciências da Saúde, preferencialmente, nos websites: <http://decs.bvs.br> ou www.nlm.nih.gov/mesh.

As palavras-chave e keywords deverão ser colocadas logo abaixo do resumo e abstract respectivamente.

e) Texto do artigo;

Os textos do artigo devem ser divididos em Introdução, Método, Resultados, Discussão e Conclusão. O artigo não deverá ultrapassar 25 páginas. Deve ser iniciado na mesma página dos resumos e das palavras-chave (keywords).

f) Seções;

O artigo não deve ter mais de três níveis de subseções.

g) Figuras, quadros e tabelas;

As figuras, tabelas e quadros devem receber numeração sequencial, seguindo a ordem de citação. Recomenda-se que sejam colocados perto do parágrafo a que se referem.

h) Considerações sobre direitos autorais;

Para evitar violação das leis de direitos autorais, não utilize longas e muitas citações de uma mesma fonte, ou figuras publicadas previamente sem um documento de autorização de uso dos direitos autorais. Isto também se refere a imagens produzidas por você autor, mas que já tenham sido publicadas em outro veículo, caso o seu direito autoral tenha sido transferido à editora. Autores que não fornecerem a autorização de uso de direitos autorais terão seus artigos devolvidos. Trataremos rigorosamente de violações de direitos autorais.

i) Agradecimento;

O agradecimento às contribuições ou apoios recebidos no desenvolvimento do artigo deve ser acrescentado ao final do texto principal, após a seção “Referências”, sob o título “Agradecimento” (no singular). Incluído na versão final após aprovação para publicação.

j) Referências;

As referências devem seguir o estilo Vancouver. Os periódicos devem ser abreviados segundo o “Catálogo NLM” (<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/nlmcatalog/journals>). As

referências deverão ser numeradas consecutivamente segundo a ordem de citação no texto. A seguir seguem exemplos de como as referências de acordo com estilo Vancouver:

Artigos

1. Baladia E, Basulto J. Sistema de clasificación de los estudios en función de la evidencia científica. Dietética y nutrición aplicada basadas en la evidencia (DNABE): una herramienta para el dietista-nutricionista del futuro. Rev Esp Nutr Hum Diet. 2008;12(1):11-9.
2. Machado WM, Capelar SM. Avaliação da eficácia e do grau de adesão ao uso prolongado de fibra dietética no tratamento da constipação intestinal funcional. Rev. Nutr. [Internet]. 2010 [acesso em 2020 Fev 14];23(2). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-5273201000200006&lng=isso&nrm=isso&tlng=pt

Referenciando livros e teses

3. Gil A. Tratado de Nutrición. 2a ed. Madrid: Editorial Médica Panamericana; 2010.
4. Silva CLM. Características do suporte nutricional como preditores de sobrevida em pacientes graves [tese]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2008.

Referenciando websites

5. Instituto Nacional do Câncer. Estimativa da Incidência de câncer em 2008 no Brasil e nas cinco regiões (Estimates of cancer incidence in Brazil and the five regions) [Internet]. Rio de Janeiro: INCA; c1996-2007 [acesso em 2017 Dec 10]. Disponível em: http://www.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=1793/.
6. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2009. [acesso em 2020 Jul 10]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_classificacao_risco_servico_urgencia.pdf

Deve-se utilizar o padrão convencionado pela Biblioteca Nacional de Medicina dos EUA. Para outros tipos de referências, consulte <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/bv.fcgi?rid=citmed> ou https://www.nlm.nih.gov/bsd/uniform_requirements.html (manual simplificado).

Artigos Originais

Política padrão de seção

Declaração de Direito Autoral

A Revista se reserva no direito de efetuar, se necessário, alterações de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com vistas a manter o padrão culto da língua, respeitando, porém, o estilo dos autores.

Ao encaminhar os originais, os autores cedem os direitos de primeira publicação para a Revista da Associação Brasileira de Nutrição e aceitam que seu trabalho seja publicado de acordo com nossa [Declaração de Direito Autoral](#).

Os documentos publicados serão atribuídos a licença  Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](#).

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.